

Revisando o TRIPS em prol da saúde pública: Uma competição de idéias de MSF

Diante do aniversário de dez anos da declaração de Doha, MSF está lançando uma "Competição de idéias" sobre como revisar o TRIPS para que ele atenda genuinamente as necessidades globais de saúde pública.

Os competidores devem responder a seguinte questão:

Pergunta: O Trips pode ser reformado para ir de encontro às necessidades de saúde pública?

- Se sim, descreva a sua idéia sobre como o acordo deveria ser mudado.
- Se não, explique porque não e proponha uma alternativa.

Participantes

Qualquer um é elegível para participar, seja como indivíduo, equipe, ou em nome de uma instituição. A competição pretende atrair idéias de todo mundo vindas de pensadores criativos que podem ser acadêmicos, estudantes, ativistas, analistas, oficiais do governo, jornalistas, ou do setor privado. Submissões de países de renda baixa e média são particularmente encorajadas.

Submissões:

Opção1: Um ensaio escrito de 500-1000 palavras (excluindo notas de rodapé e referências)

--OU--

Opção 2: Uma peça audiovisual: Video, audio, slideshow ou fotofilme de não mais que 5 minutos

As submissões devem descrever sucintamente uma proposta para mudar (revisar, emendar, clarificar, reinterpretar, renegociar, descartar) o acordo Trips para que ele seja favorável à saúde pública global. As inscrições devem ser apresentadas em inglês, ou em qualquer outra língua junto com uma tradução em inglês. As inscrições podem ser referir a descrições mais longas de propostas de reforma (artigos, propostas, trabalho previamente publicados, etc), mas devem conter os argumentos chaves e a descrição das propostas dentro do limite de 1000 palavras/ 5 minutos.

Avaliação

Um painel de juízes irá escolher as quatro melhores submissões, baseados nos seguintes critérios

- Efetividade em atingir objetivos de saúde pública
 - Criatividade e originalidade
 - Clareza lógica e argumentativa
-
- Nota: "Viabilidade política" não será um critério, pois um dos principais objetivos do concurso é gerar pensamentos novos e criativos de maneira irrestrita.

Prêmio:

Os vencedores vão ganhar uma viagem para Genebra para apresentar sua idéia em um painel na Conferência "Doha + 10" que será organizada por MSF em novembro de 2011. A conferência pretende atrair representantes do governo de países industrializados e países em desenvolvimento, organizações intergovernamentais (OMC, OMS, WIPO), sociedade civil, academia e o setor privado. (Se uma equipe for escolhida como vencedora, deve ser escolhido um representante para participar da conferência.)

MSF vai publicar e publicizar as idéias vencedoras e as finalistas em seu website. As submissões vencedoras também serão publicadas em um jornal (TBD). Todos os participantes terão a opção de ter sua submissão disponibilizada publicamente em um arquivo online após o final do concurso.

Prazo:

As submissões devem ser recebidas até 8am CET, do dia 19 de setembro de 2011, segunda feira. Os vencedores serão notificados até o dia 10 de outubro.

Para submissões serem consideradas elas devem ser acompanhadas de um formulário de inscrição preenchido a ser enviado por email para DohaPlusTen@paris.msf.org

Veja aqui uma cópia dos requerimentos de inscrição e dos formatos aceitos.

Os detalhes da submissão devem ser preenchidos no formulário disponível aqui.

E enviados para o seguinte endereço: DohaPlusTen@paris.msf.org

Por que MSF está promovendo uma competição de idéias?

Acesso a produtos farmacêuticos (medicamentos, vacinas, diagnósticos e outras tecnologias de saúde) é um componente crítico na realização do direito humano à saúde. Entretanto, o acesso equitável é ameaçado quando patentes e outros monopólios de propriedade intelectual sobre essas tecnologias de saúde permitem que elas sejam oferecidas a um preço fora de alcance para aqueles que precisam. O progresso da ciência e as inovações tecnológicas também ficam bloqueados quando direitos de propriedade intelectual sobre conhecimentos impedem que outros usem e façam avançar esses conhecimentos.

O Acordo da Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre Aspectos do Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), assinado em 1994, é um tratado que foi originalmente negociado no fim dos anos 80, e exigiu que todos os 153 países membros da OMC providenciassem proteção à Propriedade Intelectual (PI) domesticamente, inclusive tornando possível o patenteamento de medicamentos. Quando o TRIPS começou a valer pela primeira vez, no meio da década de 90, muitos países em desenvolvimento tiveram que começar a introduzir patentes de medicamentos pela primeira vez em suas leis nacionais. Começaram a surgir preocupações dentro da comunidade de saúde pública de que altos preços de medicamentos patenteados limitariam o acesso apenas para uma minoria rica e afortunada. O TRIPS também foi criticado por ter falhado em estimular pesquisa e desenvolvimento para doenças que só afetam os pobres, na medida em que incentivos de mercado eram insuficientes para atrair investimentos do setor privado.

Organizações da sociedade civil se mobilizaram globalmente para protestar contra os altos preços dos medicamentos patenteados, especialmente aqueles ligados ao HIV/Aids. Em resposta às críticas da sociedade civil, liderados por governos de países em desenvolvimento e especialistas, todos os governos membros da OMC concordaram em novembro de 2001 com a "Declaração de Doha" sobre TRIPS e Saúde Pública. A Declaração de Doha tornou claro que o TRIPS "Não deve impedir que os países membros tomem medidas para proteger a saúde pública" e que o acordo TRIPS "deve ser interpretado e implementado de modo a apoiar o direito dos membros da OMC de proteger a saúde pública e, em particular, de promover o acesso a medicamentos para todos." A declaração de Doha também tornou claro que os países têm o direito de usar as flexibilidades do TRIPS, tais como licença compulsória, para superar barreiras de patente para medicamentos a preços acessíveis. Entretanto, dez anos depois da declaração de Doha, as promessas foram cumpridas?

Depois de mais de uma década de campanha para maior acesso a medicamentos em países em desenvolvimento, Médicos Sem Fronteiras (MSF) está estimulado a ver melhoras importantes no acesso a medicamentos patenteados, especialmente para medicamentos para tratar HIV/Aids. Cerca de 60 países fizeram uso das flexibilidades do TRIPS, normalmente para ter acesso a medicamentos genéricos de baixo custo para HIV/Aids. Entretanto, o espaço político para utilizar essas flexibilidades está sob ataque implacável e em alguns países foi reduzido pelas exigências crescentes de medidas rigorosas de PI (TRIP-Plus) contidas em acordos de livre-comércio,

tratados de investimento, outros instrumentos legais vinculantes e por meio de pressões comerciais. E por fim, o progresso no acesso a medicamentos para HIV não necessariamente se traduz em progressos para medicamentos de outras doenças.

Em 2011, o acesso global equitável a medicamentos é inexistente ou na melhor das hipóteses precário. Muitas vezes em debates técnicos relativos a regras de PI, dois pontos básicos são esquecidos: primeiro, a questão da legitimidade básica e da aceitabilidade ética de um tratado que exige que os países em desenvolvimento forneçam proteção de patentes sobre medicamentos e, segundo, o fato de que o TRIPS, como qualquer tratado internacional, é um acordo entre os governos que pode ser renegociado. De fato, mudanças fundamentais no sistema global de PI - começando com o Acordo TRIPS em si – muito provavelmente serão necessárias para assegurar tanto o acesso a medicamentos como a inovações que atendam as necessidades de saúde dos pobres.